

Ato de Acusação contra Otzma Yehudit

Racismo, supremacia e apartheid não são “opiniões”. O fascismo não é uma “posição política”. São crimes – crimes contra a dignidade humana, crimes contra a igualdade e crimes contra a própria humanidade.

Na maioria das democracias, qualquer movimento que defenda abertamente a supremacia racial ou religiosa é considerado criminoso. Um partido que se autodenominasse “Poder Branco” nos Estados Unidos ou “Poder Cristão” na Europa seria proibido e processado. No entanto, em Israel, **Otzma Yehudit (“Poder Judaico”)** – um partido cuja ideologia é o equivalente judaico de tais movimentos – está dentro do governo.

Liderado por **Itamar Ben-Gvir**, um agitador racista condenado, Otzma Yehudit é a encarnação moderna do **Kahanismo**, uma ideologia fascista fundada pelo Rabino Meir Kahane e banida por seu racismo e terrorismo. Hoje, o que antes era proibido como terrorismo foi normalizado no governo, defendido por líderes ocidentais que, em seus próprios países, nunca tolerariam tal movimento.

Isso não é apenas hipocrisia. É cumplicidade.

De Kach a Otzma Yehudit: Terror Proibido, Rebrandado

O Rabino **Meir Kahane**, nascido no Brooklyn, fundou o **Kach** em 1971 após liderar a violenta Liga de Defesa Judaica nos EUA. A plataforma do Kach era clara:

- Os árabes devem ser despojados da cidadania e expulsos de Israel e dos territórios ocupados.
- Israel deve se tornar uma teocracia judaica governada pela *halachá* (lei judaica).
- O “Grande Israel” deve ser estabelecido, anexando terras do Nilo ao Eufrates.

O Kach entrou no Knesset em 1984, conquistando um único assento. Mas sua presença abalou o establishment político de Israel. Kahane pediu abertamente expulsões em massa de árabes, usando a linguagem de limpeza étnica diretamente do púlpito parlamentar. Ele denunciou a democracia como fraqueza e a igualdade como traição.

A reação foi rápida. Em **1985**, Israel alterou a **Lei Básica: Knesset (Seção 7A)**, adicionando uma disposição que proibia partidos que incitassem ao racismo ou rejeitassem Israel como um estado democrático. Em **1988**, a Suprema Corte confirmou essa emenda para desqualificar o Kach das eleições, declarando seu programa fundamentalmente racista e incompatível com a democracia.

Ainda assim, os seguidores do Kach continuaram seu ativismo. Em **1994**, o inevitável aconteceu: um deles, **Baruch Goldstein**, realizou o massacre de Hebron, assassinando 29 palestinos durante as orações do Ramadã. Em vez de condenar a atrocidade, muitos kahanis-

tas elogiaram Goldstein como herói. O governo israelense, sob intensa pressão, então proibiu o Kach e seu desdobramento Kahane Chai como **organizações terroristas**. Os EUA, o Canadá e outros governos seguiram o exemplo.

Por todos os padrões, o Kahanismo foi reconhecido como uma ideologia de **racismo, terrorismo e fascismo**.

Mas o Kahanismo não morreu. Ele se adaptou. Em 2012, ex-membros do Kach fundaram o **Otzma Yehudit**, um partido que se apresenta como “novo”, mas carrega a mesma ideologia central: deportar árabes “desleais”, anexar terras palestinas sem direitos e consolidar a supremacia judaica.

O que a Suprema Corte de Israel outrora baniu como racista, e o governo baniu como terrorismo, agora está no coração do poder.

Ideologia Kahanista como Crime

O **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional** e a **Convenção sobre Genocídio** deixam claro: o programa do Otzma Yehudit não é política. É criminoso.

1. Apartheid (Estatuto de Roma, Art. 7(1)(j))

- Definido como dominação de um grupo racial sobre outro por meio de opressão sistemática.
- As políticas do Otzma Yehudit – regimes legais duais, expansão de assentamentos, negação de igualdade – são apartheid.

2. Transferência Forçada (Quarta Convenção de Genebra, Art. 49)

- Proíbe a expulsão ou transferência de populações sob ocupação.
- Otzma Yehudit defende abertamente a “transferência”, ou seja, a expulsão de palestinos e cidadãos árabes “desleais”.

3. Perseguição (Estatuto de Roma, Art. 7(1)(h))

- Privação grave de direitos contra um grupo por motivos raciais ou étnicos.
- O programa do partido de privar os árabes de direitos qualifica-se como perseguição.

4. Incitamento ao Genocídio (Convenção sobre Genocídio, Art. III(c))

- Incitamento direto e público para cometer genocídio é punível, quer o genocídio ocorra ou não.
- Gritos de “*Morte aos Árabes*”, endossados pelos líderes do partido, encaixam-se exatamente nessa definição.

A Marcha da Bandeira: Fascismo à Vista

A **Marcha da Bandeira de Jerusalém** anual expõe a criminalidade do Otzma Yehudit.

Todos os anos, ultranacionalistas desfilam pelo Bairro Muçulmano da Cidade Velha de Jerusalém, gritando “*Morte aos Árabes*” e “*Que sua vila queime*”. Eles atacam comerciantes palestinos, vandalizam propriedades e aterrorizam residentes. Em vez de serem contidos, são protegidos por escoltas policiais.

Itamar Ben-Gvir, agora Ministro da Segurança Nacional, não é um agitador externo. Ele é um participante regular. Sua presença é um endosso – e um sinal de que esse incitamento tem a bênção do Estado.

Em **qualquer democracia**, tal evento – gritar morte a uma minoria – seria proibido. Os participantes seriam presos, os organizadores processados por crimes de ódio. Em Israel, é santificado como patriotismo.

Em **26 de janeiro de 2024**, a **Corte Internacional de Justiça** ordenou a Israel, como medida provisória em *África do Sul vs. Israel*, que “*previna e puna o incitamento direto e público para cometer genocídio*”. A Marcha da Bandeira é a própria personificação de tal incitamento. Ao permiti-la, e pior, ao participar dela, Israel está em aberta violação da ordem vinculativa da CIJ.

A implicação é inequívoca: a conformidade exige a proibição da Marcha da Bandeira, a criminalização do Kahanismo e a proibição do Otzma Yehudit – assim como a Alemanha após 1945 foi obrigada a criminalizar o nazismo.

A Responsabilidade Criminal de Itamar Ben-Gvir

O histórico de Ben-Gvir é um catálogo de extremismo:

- Condenado em 2007 por **incitamento ao racismo** e **apoio a uma organização terrorista (Kach)**.
- Ameaçou o primeiro-ministro Rabin em 1995, vangloriando-se na televisão com o emblema roubado do carro de Rabin: “*Chegamos ao carro dele – vamos chegar a ele também*”. Semanas depois, Rabin foi assassinado.
- Idolatrava o assassino em massa de Hebron, Baruch Goldstein, mantendo seu retrato em casa por anos.
- Liderou gritos de “Morte aos Árabes” em comícios.
- Como Ministro da Segurança Nacional, supervisiona a polícia que protege multidões racistas em vez de suprimi-las, enquanto arma colonos e reprime palestinos.

Sob o **Estatuto de Roma**, Ben-Gvir poderia enfrentar processo no TPI por:

- **Perseguição como crime contra a humanidade** (Art. 7(1)(h)).
- **Apartheid** (Art. 7(1)(j)).
- **Incitamento direto e público ao genocídio** (Art. 25(3)(e)).

Relatórios sugerem que mandados selados do TPI contra autoridades israelenses já podem existir. Ben-Gvir, dado seu papel, seria um candidato principal.

Hipocrisia Ocidental: Defendendo o Fascismo no Exterior, Condenando-o em Casa

O maior escândalo não é apenas que o Otzma Yehudit existe, mas que é tolerado – e até defendido – por governos ocidentais.

- Um partido “Poder Branco” na Europa seria proibido diretamente.
- Uma marcha gritando “Morte aos Judeus” seria condenada como fascismo e dispersada pela polícia.
- Políticos participantes seriam desgraçados e afastados do cargo.

No entanto, “**Poder Judaico**” é **normalizado**. Líderes ocidentais, que proclamam sua oposição ao racismo e ao fascismo, continuam a armar e defender um governo que inclui o Otzma Yehudit. Eles denunciam supremacistas em casa enquanto os abraçam no exterior.

Essa hipocrisia revela o vazio de sua retórica de direitos humanos. Ao tolerar a supremacia judaica enquanto condenam a supremacia branca, os governos ocidentais traem a própria universalidade dos direitos humanos.

Conclusão: O Veredito

Os fatos são inegáveis:

- **Otzma Yehudit** é o herdeiro direto do Kach, banido como racista e terrorista.
- Sua ideologia, o **Kahanismo**, é fascismo: supremacista, racista e violento.
- Suas políticas constituem apartheid, transferência forçada, perseguição e incitamento ao genocídio sob o direito internacional.
- A **Marcha da Bandeira de Jerusalém**, endossada por seus líderes, é um comício de ódio protegido pelo Estado em violação direta da ordem vinculativa da CIJ de janeiro de 2024.
- Seu líder, **Itamar Ben-Gvir**, carrega responsabilidade criminal individual e pode enfrentar processo no TPI.
- Líderes ocidentais que toleram e defendem o Otzma Yehudit são cúmplices na normalização do fascismo.

O precedente é claro. Após Nuremberg, o nazismo foi proibido na Alemanha – não como “política”, mas como uma conspiração criminoso. O mesmo princípio se aplica hoje: **o Kahanismo deve ser criminalizado**. Otzma Yehudit deve ser ostracizado, proibido e lembrado como o alerta que representa.

Veredito: Otzma Yehudit não é um partido político. É uma organização fascista culpada de propagar crimes contra a humanidade.

Imperativo moral: Tolerar o Otzma Yehudit é trair a própria humanidade. O fascismo, em qualquer forma – branco, cristão ou judaico – não é uma opinião. É um crime. E deve ser combatido, criminalizado e derrotado.